

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1** Contratação de empresa especializada para prestar serviço de Esterilização por Óxido de Etileno, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

<b>1.2</b>	<b>Requisitante:</b>	Hospital Municipal Raul Sertã; Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;
<b>1.3</b>	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Via Registro de Preço (modalidade Pregão, artigo 28, inciso I c/c artigo 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e art 3º, V do Decreto Federal nº 11.462/2023;
<b>1.4</b>	<b>Período:</b>	01 (um) ano a contar da publicação da ATA de Registro de Preço, podendo ser prorrogada por igual período conforme dispõe o art. 84 da lei 14.133/2021.
<b>1.5</b>	<b>Tipo:</b>	Menor preço global, nos termos da Lei 14.133/21.

**1.6** Contratação de empresa especializada para **ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO** para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MATERNIDADE	RAUL SERTÃ	TOTAL
1	14273	Contratação de empresa especializada para em ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã	Mês			12
1.1		Abridor de Boca de Bucomaxilo	Unid.	0	75	75
1.2		Algodão ortopédico	Pcts.	0	418	418
1.3		Almotolia	Unid.	7	0	7
1.4		Ambú Adulto com reservatório Completo	Unid.	13	1.176	1189
1.5		Ambú Neonatal com bolsa reservatório	Unid.	272	0	272



1.6		Ambú Infantil com reservatório Completo	Unid.	0	75	75
1.7		Aparelho para fisioterapia respiratória	Unid.	0	431	431
1.8		Balão de Reinalação	Unid.	0	75	75
1.9		Banda Elástica	Unid.	0	75	75
2.0		Bolsa de Anestesia Baraca- P/M/G	Unid.	0	176	176
2.1		Bolsa de Ventilação Grande	Unid.	34	0	34
2.2		Bomba para retirar leite	Unid.	100	0	100
2.3		Borracha de Silicone/Extensão de Silicone	Unid.	0	1.668	1668
2.4		Bisturi (cabo + caneta + ponteira), Caneta Bipolar (ou pinça, ou cautério) Caneta de neurocirurgia	Unid.	0	2.175	2175
2.5		Caneta bisturi bipolar com cabo + ponteira	Unid.	2.100	0	2100
2.6		Caneta de Buco- maxilo	Unid.	0	75	75
2.7		Cânula de Guedel	Unid.	125	481	606
2.8		Clipe de titânio para vídeo cirurgia	Unid.	0	331	331
2.9		Cânula Nasofaríngea	Unid.	34	75	109
3.0		Capa para Videocirurgia	Unid.	0	938	938
3.1		Cassete Expiratório Maquet	Unid.	0	75	75
3.2		Capa para microscópio	Unid.	0	56	56
3.3		Capa para arco em C	Unid	0	1.656	1656
3.4		Chicote de Nebulizador	Unid.	0	560	560
3.5		Chicote de O2	Unid.	250	576	826
3.6		Chicote para Ressuscitador Manual	Unid.	0	75	75
3.7		Chuca	Unid.	375	0	375



3.8		Circuito CPAP completo	Unid.	150	0	150
3.9		Circuito de Máscara de CPAP	Unid.	0	144	144
4.0		Circuito de respirador completo	Unid.	188	0	188
4.1		Circuito de respirador- sem umidificador	Unid.	0	1.507	1507
4.2		Circuito/Coletor Externo de Drenagem para DVE	Unid.	0	75	75
4.3		Clamp Umbilical	Unid.	40	0	40
4.4		Conector para CPAP	Unid.	59	0	59
4.5		Conector Plástico	Unid.	68	0	68
4.6		Conector Y-T, Reto	Unid.	0	700	700
4.7		Conexão em Y	Unid.	75	0	75
4.8		Conjunto de macro nebulização completo	Unid.	0	2.640	2640
4.9		Conjunto de nebulização (micronebulizador) – completo (chicote+copo+máscara)	Unid.	250	736	986
5.0		Cotonóide	Unid.	0	75	75
5.1		Espaço morto	Unid.	55	0	55
5.2		Espéculo vaginal	Unid.	250	0	250
5.3		Extensão de PVC	Unid.	250	0	250
5.4		Extensão de Silicone Fina	Unid.	38		38
5.5		Espaçador para medicação	Unid.	0	2.352	2352
5.6		Extensão para Pinça Bipolar	Unid.	0	75	75
5.7		Faca de Blair	Unid.	0	75	75
5.8		Faixa de Smarch	Unid.	0	628	628
5.9		Frasco de drenagem torácica	Unid.	18	0	18



6.0		Garrafa térmica	Unid.	0	1.125	1125
6.1		Gelfoan	Unid.	0	75	75
6.2		Grampeador Circular/Linear (Grampeador + carga)	Unid.	0	31	31
6.3		Kit para Oxigenioterapia	Unid.	0	538	538
6.4		Lâmina de Blair	Unid.	0	75	75
6.5		Macronebulizador completo	Unid.	38	0	38
6.6		Mamadeira	Unid.	250	0	250
6.7		Máscara de ambú adulto e Infantil	Unid.	0	75	75
6.8		Máscara de ambú neonatal	Unid.	250	0	250
6.9		Máscara de Hudson	Unid.	293	850	1143
7.0		Máscara de micronebulização	Unid.	0	136	136
7.1		Máscara de O2 com reservatório	Unid.	0	648	648
7.2		Máscara de Ressuscitador Manual	Unid.	0	75	75
7.3		Máscara para traqueostomia	Unid.	0	131	131
7.4		Máscara para indução anestésica	Unid.	188	0	188
7.5		Micropore 25 cm com tiras de 10 cm / 15 cm / 20 cm	Rolos	250	75	325
7.6		Ponteira banco de leite	Unid.	293	0	293
7.7		Ponteira de caneta de bisturi	Unid.	0	75	75
7.8		Ponteira Plástica	Unid.	0	75	75
7.9		Pronga Nasal	Unid.	230	0	230
8.0		Sensor de Fluxo	Unid.	0	75	75
8.1		Sensor de fluxo neonatal	Unid.	209	0	209



8.2		Sensor de vias aéreas de silicone	Unid.	209	0	209
8.3		Serra Manual	Unid.	0	75	75
8.4		Tela de polipropileno	Unid.	0	237	237
8.5		Transofix	Unid.	272	617	889
8.6		Traquéia de silicone corrugada P/M/G	Unid.	1.002	962	1964
8.7		Umidificador de O2 simples/ Umidificador de O2 pequeno	Unid.	250	2.352	2602
8.8		Umidificador de respirador	Unid.	250	0	250
8.9		Válvula expiratória acrílica de respirador	Unid.	209	75	284
9.0		Vidro pequeno	Unid.	272	0	272
9.1		Espeçador PUFF	Unid.	230	0	230
9.2		Pulmão Teste	Unid.	80	0	80

**1.7** O quantitativo acima foi baseado na requisição das Unidades de Saúde que serão contempladas com o objeto do presente processo.

**1.8** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

**1.9** Os serviços a serem contratados são caracterizados como serviços comuns e continuados, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão Eletrônico, em sua forma eletrônica.

**1.10** O Contrato a ser firmado entre as partes, terá vigência a partir da data da publicação de seu extrato do Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe o art. 107 da lei nº 14133/21.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

**2.1** A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

**2.2** A presente proposição, para contratação de empresa especializada em esterilização por óxido de etileno, justifica-se em razão da necessidade de reúso dos artigos médico-hospitalares passíveis de reesterilização, mas que não podem ser esterilizados em autoclave, eis que são termossensíveis, tudo em conformidade com as normas legais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

**2.3** Uma das formas mais usadas para esterilização é o Óxido de Etileno (EO), indicada para os materiais termossensíveis, que são aqueles cujas características físicas sejam incompatíveis com os processos convencionais de esterilização por vapor e alta temperatura. Neste perfil se encaixam artigos respiratórios, cateteres, conexões plásticas de equipamentos médicos, seringas, embalagens de produtos estéreis, entre outros.

**2.4** O óxido de etileno é muito eficaz contra uma grande variedade de patógenos, incluindo aqueles mais resistentes, ideal para esterilizar produtos que não podem suportar altas temperaturas, como plásticos, instrumentos eletrônicos e dispositivos médicos delicados. O gás tem a capacidade de penetrar em áreas de difícil acesso, como cavidades e recessos de dispositivos complexos, o que garante uma esterilização completa.

**2.5** O uso de óxido de etileno é crucial em áreas que demandam alta segurança microbiológica e onde a integridade dos materiais precisa ser mantida, como no caso de dispositivos médicos, equipamentos cirúrgicos e até mesmo em alguns produtos farmacêuticos.

**2.6** Como o EO é um gás altamente penetrante, com grande difusibilidade e solubilidade, o material pode ser esterilizado diretamente em sua embalagem primária e secundária. Ele substitui os processos físicos de esterilização (calor seco e calor úmido) e processos químicos a frio – glutaraldeído e formaldeído.

**2.7** O hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro realiza partos e outros procedimentos cirúrgicos, onde são utilizadas as canetas de bisturi, sendo certo que nesses procedimentos, os recém-nascidos necessitam de ventilação por pressão positiva, o qual utiliza-se ambú neonatal com suas respectivas máscaras para tal, o que justifica a requisição destes itens.

**2.8** A unidade Neonatal assiste os recém-nascidos de alta e média complexidade, que necessitam de ventilação mecânica invasiva, por meio de ventiladores mecânicos e CPAP, respectivamente. Para essas modalidades de assistência utiliza-se circuitos respiradores, traqueias, prongas, o circuito de CPAP em si, umidificador de oxigênio simples e umidificadores de respirador, além de ambú neonatal com reservatório com suas respectivas máscaras.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

**3.1** A solução proposta com a contratação de uma empresa especializada em esterilização por óxido de etileno visa atender a uma necessidade institucional de garantir a esterilização adequada de materiais médico-hospitalares, assegurando a segurança dos pacientes e a conformidade com as exigências regulatórias.

**3.2** Posto isto, esta solução se caracteriza como a mais vantajosa e mais eficaz para a contratação, devendo prosseguir através de um **certame licitatório**, com o critério de julgamento do tipo **menor preço global**, com a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Esta modalidade busca garantir a forma mais econômica possível à administração, permitindo a flexibilidade de utilização conforme a demanda, que pode variar ao longo do período.

**3.3** O presente será realizada de acordo com o **Sistema de Registro de Preços**, conforme as hipóteses previstas no **Decreto Federal nº 11.462/2023, Art. 3º**, especialmente pela **imprevisibilidade do quantitativo** a ser utilizado. Esta abordagem visa cumprir o dispositivo constitucional constante no **art. 37, caput e inciso XXI da Constituição Federal de 1988**, que garante a eficiência, economicidade e legalidade das contratações públicas.

**3.4** A contratada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, ou comercial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo.

**3.5** A contratada manter –se – a, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições exigidas nesse instrumento.

**3.6** Não poderá haver por parte da contratada qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias técnicas que poderão ser realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

**3.7** Ao receber os materiais, caberá à Contratada, sem ônus à Contratante, realizar sua triagem, prepará-los em papel adequado, com identificação da empresa, etiquetá-los e esterilizá-los por óxido de etileno e, após, devolvê-los prontos para utilização.

**3.8** A embalagem primária dos materiais submetidos ao agente esterilizante, deve ser de papel grau cirúrgico ou combinação deste com filme plástico, ou material comprovadamente eficaz quanto às características de penetração e exaustão do gás, integridade física e barreira antimicrobiana.

**3.9** O fechamento da embalagem primária deve ser realizado por termo selagem ou outro processo compatível com o material empregado, de modo a garantir a sua integridade e a do produto contido.

**3.10** A rotulagem da embalagem primária e secundária deve conter a indicação do processo a que foi submetido (esterilização, reesterilização ou reprocessamento a gás óxido de etileno), a data de sua realização, o número do lote, o prazo de validade, o nome do responsável pelo processo e identificação do estabelecimento.

**3.11** A embalagem utilizada para o transporte de artigos e materiais a serem submetidos a processamento e reprocessamento, deve ser recipiente rígido, liso e fechado hermeticamente e conter rótulo com lista dos produtos, nome do estabelecimento solicitante e do prestador dos serviços, bem como identificação de material infectante afixada em sua superfície.

**3.12** A embalagem para transporte de materiais e artigos já submetidos ao reprocessamento deve garantir condições ambientais higiênicas, manutenção de integridade da embalagem primária e esterilidade do produto, além de conter identificação do estabelecimento reprocessador e do solicitante e relação dos artigos esterilizados.

**3.13** O traslado externo dos recipientes a que se refere os subitens 3.11 e 3.12, deve ser realizado em veículos exclusivos para este fim, com as mesmas identificações, devendo ser asseguradas as condições de desinfecção e higiene necessárias à preservação da saúde humana.

**3.14** Os serviços serão recusados pela Contratante, nas hipóteses de apresentarem vícios de qualidade ou quaisquer outros danos que os desqualifiquem perante as exigências deste Termo de Referência.

**3.15** Dessa forma, considerando a ausência de um quantitativo exato para o período de 1 (um) ano para atender às demandas, justifica-se a escolha da modalidade de licitação na forma de registro de preços, pelo menor preço global, conforme estabelecido no Art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462/2023.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

**4.1.** A contratada deverá observar os seguintes requisitos:

##### **4.1.1 Sustentabilidade:**

**4.1.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1.1.1** Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 268 de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

**4.2** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.3** Poderão participar do processo de contratação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado.

**4.4** É imprescindível que a empresa prestadora do serviço atenda a todas as exigências previstas na legislação vigente, em especial a Portaria Interministerial n.º 482/1999, RDC 15/02, 156/06 e RE 2606/06, todos da ANVISA.

**4.5** As comprovações das exigências de habilitação deverão ser acrescidas das seguintes exigências: alvará sanitário de Licença de Funcionamento para a Unidade de Esterilização fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, com prazo de validade em vigor compatível com as atividades que serão prestadas;

**4.6** Será permitida a participação somente dos estabelecimentos de saúde que efetivamente se encontrem em atividade e com capacidade técnica para prestar serviços, segundo definições deste Termo de Referência.

**4.7** Deverá a Contratada manter em perfeito estado de asseio e limpeza e conservação as áreas de trabalho, as instalações e os materiais utilizados na prestação de serviços, empregando-se preparações e produtos que atendam às normas técnicas de saúde vigentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

**5.1** O serviço deverá ser iniciado em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da publicação do extrato do Instrumento Contratual no Diário Oficial do Município.

**5.2** Os serviços serão prestados atendendo ao quantitativo definido conforme o item 1 deste Termo de Referência, podendo o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, ser prorrogado por igual período até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe o art. 107 da lei nº 14133/21, considerando se tratar de serviço contínuo e essencial.

**5.3** A empresa será responsável pela coleta e devolução dos materiais, que deverão ser realizados 02 (duas) vezes por semana, de 08:00 às 17:00 horas, podendo haver alterações de acordo com a demanda, em horários a serem determinados pelas Unidades Requisitantes, nos endereços de suas respectivas sedes:

- Hospital Municipal Raul Sertã – Rua General Osório, n.º 324, Centro, Nova Friburgo/RJ;
- Hospital Maternidade – Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ.

**5.4** Caso não seja possível o início dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

**5.5** Os procedimentos solicitados deverão atender a demanda de pacientes do Hospital Municipal Raul Sertã e do Hospital Maternidade.



**5.6** A execução dos serviços deverá seguir conforme proposto pela CONTRATANTE durante o prazo de vigência do contrato, respeitando suas cláusulas.

**5.7** Caberá a Contratada a responsabilidade por erro de qualquer natureza relacionado aos métodos utilizados, seja na esfera administrativa, civil ou penal.

**5.8** Deverá a Contratada permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo, em qualquer tempo e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos.

**5.9** A Contratada não poderá optar pela realização de alguns serviços em detrimento de outros, devendo se comprometer a realizar todos os serviços prestados no contrato.

**5.10** A disponibilização de todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita execução do objeto ficará a cargo da empresa, sem qualquer ônus para este Município, observando-se as normas legais pertinentes.

**5.11** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.12** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.13** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**5.14** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**6.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

**6.3.1** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



- 6.3.2** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.3.3** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.4** Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.
- 6.5** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.6** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.7** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.8** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.9** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.10** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.11** O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.
- 6.12** O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.13** O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 6.14** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**6.15** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

**6.16** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**6.16.1** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

**6.16.2** Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

**6.16.3** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**6.16.4** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

**6.17** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**6.17.1** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada acompanhado de documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)**

**7.1** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome de: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

**7.2** Da liquidação da despesa:

**7.2.1** A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 c/c 3116, de 18 de setembro de 2024.

**7.2.2** Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html)

**7.3** Do pagamento da despesa:

**7.3.1** O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023 c/c 3116, de 18 de setembro de 2024, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas;  
Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;  
FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;  
Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;  
Estadual CND – referente ao ICMS.

**7.3.2** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**7.3.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**7.3.4** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**7.3.5** O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, por Pregão Eletrônico, via registro de preços (modalidade Pregão, artigo 28, inciso I c/c artigo 78, inciso IV dos Procedimentos Auxiliares previstos na Lei nº Lei 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

**8.2** Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**8.3** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.4** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.6** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**8.7** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.8** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**8.9** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.10** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.11** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**8.12.1 Habilitação Jurídica:**

a - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou

agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:**

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

**8.14 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

#### **8.15 Qualificação Técnica:**

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



8.15.4 Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, com prazo de validade em vigor, de acordo a Portaria Interministerial nº 482/99;

8.15.5 - Certificado de Vistoria técnica, vigente, expedido pelo Corpo de Bombeiros, atestando sistema de prevenção e segurança, de acordo a Portaria Interministerial nº 482/99;

8.15.6 – Certidão de Regularidade expedida pelo Conselho Regional ou Federal que o Responsável Técnico é credenciado;

8.15.7 - Os documentos de qualificação solicitados poderão ser analisados por Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta por farmacêuticos habilitados que compõem o quadro da assistência farmacêutica.

## **9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **9.1 Da Contratada:**

**9.1.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a)** atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b)** não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- c)** manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- d)** estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- e)** responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução;
- f)** responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- g)** manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

**9.1.2** A Contratada deverá observar os prazos de coleta e devolução dos itens estipulados pelos requisitantes, quanto a devolução, esta **nunca** poderá ser superior a 07 (SETE) dias.

**9.1.3** Deverá também, identificar individualmente: todos os materiais, a unidade de saúde de destino e o respectivo setor, fazendo-se grafar na embalagem a data, lote e validade da esterilização, para cumprimento e eficácia da prestação de serviços.

**9.1.4** A coleta e devolução deverão ser realizadas por funcionário da Contratada devidamente uniformizado e identificado, cabe a este realizar a conferência dos materiais nos atos descritos acima, tomando nota do que foi retirado e entregue, assinando a via e deixando cópia com responsável indicado por cada unidade requisitante que deverá também assinar as vias de controle.

**9.1.5** Os serviços deverão ser executados em oficina própria da Contratada.

**9.1.6** Compete à Contratada o fornecimento da embalagem dos materiais a serem esterilizados.

**9.1.7** Compete à Contratada o fornecimento da embalagem dos materiais a serem esterilizados.

**9.1.8** A Contratada deverá realizar as esterilizações em todos os materiais especificados na relação acima, independente de tamanhos, dimensões, marcas, modelos e referências.

**9.1.9** Realizar a esterilização em todos os materiais coletados, bem como naqueles que já tenham sido esterilizados mas tenham perdido a validade.

**9.1.10** Em casos de inadequações nos processos de esterilização ou danos à embalagem, caberá à Contratante comunicar à Contratada o fato, e esta, imediatamente, deverá refazer o serviço, sem qualquer ônus à Contratante.

**9.1.11** A empresa será responsável pela lavagem, secagem e embalagem dos materiais, devendo exercer controle de qualidade, eliminando quaisquer sujidades e a assegurando a condição de primeiro uso.

**9.1.12** A cada entrega, apresentar planilha de fácil compreensão, na qual deverão ser devidamente identificados os materiais submetidos ao procedimento de esterilização.

**9.1.13** Juntamente aos materiais esterilizados, a empresa deverá entregar o laudo da análise microbiológica por lote processado.

**9.1.14** Enviar, a cada ciclo, um laudo com parâmetros técnicos do procedimento de esterilização ao qual os materiais foram submetidos, devidamente assinado pelo Responsável Técnico.

**9.1.15** Prestar o serviço de esterilização de acordo com as leis sanitárias, de forma a garantir a segurança na utilização dos materiais, incluindo controle de qualidade em todas as etapas.

**9.1.16** Comunicar à Contratante, por escrito, quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua perfeita execução.

**9.1.17** Conferir o material, avaliando a compatibilidade com o processo de esterilização requerido.

**9.1.18** Garantir a entrega do material nas mesmas quantidades enviadas.

**9.1.19** Garantir o uso de indicador químico em todas as embalagens, indicando que o material passou pelo processo de esterilização.

**9.1.20** Garantir, na prestação de serviços, o processo de cultura microbiológica, através de indicadores biológicos em todos os lotes de esterilização, mantendo tal registros à disposição da Contratante.



**9.1.21** Emitir laudo de esterilização, sempre que solicitado, informando os parâmetros utilizados a cada lote de esterilização, para arquivo e/ou apresentação aos órgãos de Vigilância Sanitária, quando assim exigidos.

**9.1.22** Permitir acesso de servidores da Contratante no local da execução dos serviços objeto deste processo para quaisquer inspeções ou diligências.

**9.1.23** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

**9.1.24** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica **COMPLETA** constando detalhadamente os serviços efetivamente prestados e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal.

**9.1.25** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**9.1.26** O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (TRÊS) dias, o produto/serviço com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência.

**9.1.27** Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**9.1.28** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 (DUAS) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **9.2 Da Contratante:**

**9.2.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

**9.2.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**9.2.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**9.2.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**9.2.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**9.2.6.** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

**9.2.7.** Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.2.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**9.2.8.1.** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**9.2.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

**10.1.1** Comete infração administrativa a contratada que:

**10.1.1.1** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**10.1.1.2** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**10.1.1.3** dar causa à inexecução total do contrato;

**10.1.1.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**10.1.1.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**10.1.1.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.1.1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**10.1.1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**10.1.1.9** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**10.1.1.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.1.1.11** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**10.1.1.12** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**10.3** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**10.3.1** advertência;

**10.3.2** multa;

**10.3.2.1** compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**10.3.2.2** compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

**10.3.2.3** moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.3.2.4** moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.3.3** impedimento de licitar e contratar;

**10.3.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.4** Impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

**10.5** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**10.6** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**10.7** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

**10.8** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

**11.1** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 989.217,49 (novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).**

**12.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Hospital Municipal Raul Sertã	30001.1030200852.202	1600	33.90.39-46
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro	30001.1030200852.203		

**12.2 As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.**

**12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.**

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**13.1** Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 30 de junho de 2025.

<b>GESTOR:</b>	
<hr/> <p><b>Higor de Barros Pinto</b> Matr.: 063.344</p>	
<p><b>APOIO TÉCNICO:</b></p> <hr/> <p><b>Leslie da Conceição Moura</b> Subsecretário de Atenção Hospitalar Matr.: 207.520</p>	

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

**O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acuerdo:

**Gabriel Costa Wenderroschy**  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr.: 063.454